

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA FERREIRA DAUFEMBACK

**PERÍCIA CONTÁBIL: RESPONSABILIDADE MORAL, SOCIAL E ÉTICA DO
PERITO CONTADOR**

CRICIÚMA

2017

FERNANDA FERREIRA DAUFEMBACK

**PERÍCIA CONTÁBIL: RESPONSABILIDADE MORAL, SOCIAL E ÉTICA DO
PERITO CONTADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Professor Me. Leonel Luiz Pereira

CRICIÚMA

2017

FERNANDA FERREIRA DAUFEMBACK

**PERÍCIA CONTÁBIL: RESPONSABILIDADE MORAL, SOCIAL E ÉTICA DO
PERITO CONTADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Perícia Contábil.

Criciúma, 03 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Leonel Luiz Pereira - Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof. Luciano da Rocha Ducioni - Especialista - (UNESC)

Prof. Adílson Pagani Ramos - Mestre - (UNESC)

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram que eu concluiria mais esta etapa ao longo desses anos, em especial a minha família por me encorajar e me apoiar em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me permitir vivenciar esse período de aprendizado e chegar até onde cheguei me dando forças para continuar e coragem para seguir em frente.

Ao meu porto seguro, meus pais, Adilton e Salete, que muitas vezes me viram cabisbaixa e pelo simples fato de desejarem sempre o meu melhor me impulsionaram para realizar este sonho. Eles são meu alicerce, meu tudo!

A minha irmã Sarita, recentemente graduada no curso de ciências contábeis, que por ser o meu espelho em todos os sentidos, me motivou e me encorajou para que eu chegasse até o fim deste ciclo.

Ao meu namorado Roberto, que sempre me compreendeu e deu forças nos meus momentos de aflição e de exaustão, e que por muitas vezes ficou ao meu lado em casa para estudar, fazer trabalho, refazer exercícios e afins. Por ele todo meu amor, carinho e comprometimento.

As minhas excelentíssimas amigas dessa longa caminhada, Karina Bez, Mariana, Sabrina, Karuline e também ao meu amigo Hiago. Vocês, sem dúvidas, me motivaram para concluir esta etapa com sucesso. Valeu cada dificuldade que superamos. Todos os momentos de aflição, que, com a ajuda mútua se tornou mais fácil. Obrigada por cada segundo dentro e fora da sala, vocês são demais!

Ao meu orientador professor Me. Leonel Luiz Pereira pelo seu conhecimento e dedicação em me auxiliar na elaboração deste trabalho.

Enfim, a todos que de uma forma ou de outra puderam estar presentes na minha vida acadêmica, foram quatro anos e meio muito bem aproveitados. Neste ciclo que se finda adquiri conhecimento que levarei para a vida profissional e para sempre comigo.

O meu muito obrigado!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

A perícia contábil é uma área de especialização da contabilidade que vem se destacando como amplo e promissor campo de atuação do contador. O responsável pela realização do trabalho pericial é o perito contador, que deve por sua vez, cumprir com seus direitos e deveres, aderir todas as responsabilidades cabíveis para o seu trabalho e sempre realizá-lo de forma imparcial e com lealdade, expondo a verdade e prestando todas as informações que são necessárias para a solução do litígio, demonstrando sua total responsabilidade e integridade. O estudo teve como objetivo identificar as principais responsabilidades moral, social e ética do perito contador, a metodologia usada para a realização do estudo caracteriza-se como qualitativa, porém, os objetivos enquadram-se como descritivos, os dados foram levantados por meio de um questionário aplicado aos peritos. Com o resultado deste estudo analisou-se que a principal responsabilidade moral do perito é ser correto e consequentemente cumprir com o código de ética para que seja realizado um trabalho comprometido com a verdade, como responsabilidade social foi destacado a questão da imparcialidade onde o perito não pode apoiar nenhuma das partes envolvidas assim como não pode ter opiniões tendenciosas, e, como responsabilidade ética o perito deve, impreterivelmente, ter uma boa conduta ética. Dentre essas responsabilidades foram destacadas também que o perito precisa, obrigatoriamente, saber de todas as suas obrigações quando aceitar e executar uma perícia e principalmente estar em constante aprendizado, ter conhecimento técnico e científico, ter comprometimento com o trabalho que lhe foi designado, ter paciência, trabalhar com amor e ser totalmente imparcial pois o magistrado acredita no seu trabalho e confia a você suas bases de decisões judiciais nas sentenças, sempre de acordo com as leis e normas estabelecidas. Observou-se ainda que de 2012 a 2016 houve notificações aos peritos por não terem registro, serem leigos, estarem irregular e até mesmo pela inexecução do serviço pericial.

Palavras-chave: Perícia Contábil. Perito Contador. Responsabilidade Moral. Responsabilidade Social. Responsabilidade Ética.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Quadro 1 - Direitos do perito	14
Quadro 2 - Deveres do perito	15
Tabela 1 – Processos em aberto por inexecução ou descumprimento de prazo	27
Tabela 2 – Autos de infrações dos peritos	28
Figura 1 - Área de atuação.....	28
Figura 2 – Tempo de atuação	29
Figura 3 - Responsabilidade social	30
Figura 4 – Responsabilidade moral	31
Figura 5 – Responsabilidade ética	32
Figura 6 – Penalidade ou sanção.....	33
Figura 7 – Recusar nomeação	33
Figura 8 – Registro suspenso ou cancelado	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Artigo
CEPC	Código de Ética Profissional do Contador
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNAI	Cadastro Nacional de Auditores Independentes
CNPC	Cadastro Nacional de Peritos Contábeis
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC	Código de Processo Civil Brasileiro
EQT	Exame de Qualificação Técnica
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NBC PP	Norma Brasileira de Contabilidade do Profissional Perito Contábil
NBC TP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Perícia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	5
1.2 OBJETIVOS	6
1.3 JUSTIFICATIVA	6
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 CONCEITO DE PERÍCIA	8
2.2 A PERÍCIA CONTÁBIL.....	8
2.2.1 Objeto da perícia contábil.....	9
2.3 TIPOS DE PERÍCIA CONTÁBIL	10
2.3.1 Perícia judicial	10
2.3.2 Perícia semijudicial	11
2.3.3 Perícia extrajudicial.....	11
2.3.4 Perícia arbitral	12
2.4 PERITO CONTADOR.....	13
2.4.1 Perfil do perito contador	13
2.4.2 Direitos e deveres do perito	14
2.4.3 Penalidades	16
2.4.4 Recusa, impedimento e suspeição	18
2.5 RESPONSABILIDADES DO PERITO CONTÁBIL	19
2.5.1 Responsabilidade moral	20
2.5.2 Responsabilidade social.....	21
2.5.3 Responsabilidade ética.....	21
2.6 CADASTRO DO PERITO.....	23
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISES DOS DADOS	25
4 RESPONSABILIDADES VERSUS PERITO CONTADOR	27
4.1 PRINCIPAIS AUTOS DE INFRAÇÃO CRC/SC.....	27
4.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	40

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	41
ANEXO (S).....	44
ANEXO A - REGISTRO DE CONTATO COM O CRC/SC	45
ANEXO B – REGISTRO DE CONTATO COM O CFC.....	50

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordados o tema de estudo, assim como o problema da pesquisa e a questão problema. Sequencialmente abordam-se o objetivo geral e os específicos, juntamente com a justificativa da pesquisa, a fim de enfatizar pontos impactantes relacionados ao assunto em questão, e, por fim a estrutura do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

A contabilidade é de fato uma das áreas que mais oferecem oportunidades para o profissional. Entre elas podem ser destacadas as atividades empresarias como contador de custo, contador geral, *controller*, analista, auditor, perito, entre outros. Nos órgãos públicos este profissional pode atuar também como contador público, agente fiscal, além de estar integrado também nas atividades que envolvem o mundo acadêmico assim podendo ser professor, palestrante e pesquisador. Destaca-se também a relevante importância deste profissional no que diz respeito aos serviços de caráter independente e autônomo, podendo atuar como auditor, consultor, contador terceirizado e perito contábil.

A perícia contábil é uma área de especialização da contabilidade que vem despontando como amplo e promissor campo de atuação do contador. É um ramo de grande relevância, pois examina e traz à veracidade dos fatos que, para serem esclarecidos, dependem do conhecimento de profissionais habilitados com capacidade técnica e científica e de consciência ética.

O contador, na função pericial, tem relevante importância, já que o resultado de sua atuação é prova digna e em sua grande maioria é decisiva para a aplicação da justiça e que concorre para os interesses da sociedade de um modo geral. Em virtude disso, deve o profissional em primeiro momento se auto conhecer, fazer uma análise de si mesmo e por meio da sua autocrítica direcionar suas atitudes não apenas com a intenção de se destacar, mas com a consciência de que sua função exerce implicações socioeconômicas.

Muitos são os casos que se faz necessário uma análise pericial para solucionar um conflito. O judiciário recorre ao perito contador quando carece de um laudo profissional especializado, ou quando em determinada situação as partes não

possuírem devido conhecimento da matéria periciada. No entanto, faz-se indispensável a análise do perito contador que deve manter-se atento a evitar equívocos, para que nenhuma das partes seja prejudicada por qualquer falha relevante cometida durante o processo da perícia.

Diante do exposto tem-se a seguinte questão problema:

Quais as principais responsabilidades moral, social e ética do perito contador?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em conhecer as responsabilidades moral, social e ética do perito contador. Comprometendo-se a respeitar os princípios da moral, da ética e do direito, atuando com lealdade, idoneidade e honestidade no desempenho de suas atividades.

Uma vez definido o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Destacar os principais princípios éticos em relação à perícia contábil;
- Identificar as principais alterações no código de ética do profissional contábil ao longo de sua vigência;
- Demonstrar a responsabilidade moral e social do perito contador.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se torna relevante em razão do número significativo de profissionais atuando na área, mantê-los sabedores de sua responsabilidade moral, social e ética faz com que o mesmo desenvolva sua atividade com mais segurança, um trabalho aprimorado, de qualidade e contribuindo para o objetivo. Relaciona-se principalmente com a apresentação da verdade, a função do perito é a formulação de provas para a solução de determinadas questões, onde o zelo e a ética são primordiais.

A cidadania, que é a condição de cidadão, está diretamente relacionada com a responsabilidade. O cidadão é o indivíduo em pleno gozo de seus direitos políticos e civis que tem deveres e obrigações perante a sociedade. O perito, como um bom cidadão, tem seus deveres e obrigações substanciados no próprio exercício

da perícia, pois, ao dispor e ordenar direitos relacionados deve fazê-los de forma firme, correta e verdadeira sem envolver qualquer temperamento ou vontade, para que se possa garantir um serviço moralmente justo.

É perceptível que a conduta do perito é de extrema importância, pois auxilia o juiz na tomada de decisão, destacando assim a sua responsabilidade e comprometimento com a sociedade, pois ao faltar moral e ética poderá prejudicar empresas ou pessoas envolvidas no processo. Deste modo, a função de perito contábil tem um caráter essencial.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após o capítulo introdutório, este estudo está organizado de acordo com as seguintes etapas: fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análises e discussão dos resultados empíricos; e considerações finais. A fundamentação teórica reúne a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos acerca da responsabilidade moral, social e ética do perito contador. A ênfase é destacar a importância da responsabilidade deste profissional, no âmbito moral, social e ético. Em seguida serão apresentados os procedimentos metodológicos e por fim as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será abordada a fundamentação teórica desta pesquisa. Inicialmente descreve-se a perícia contábil, seu objeto de estudo e sua classificação. Em seguida, os tipos de perícia realizados, as principais características do perito contador conceituando-o como profissional do ramo. Na sequência, é demonstrada a importância do perito contador e suas responsabilidades, de acordo com o código de ética, além de destacar as responsabilidades e penalidades do perito ao executar uma perícia.

2.1 CONCEITO DE PERÍCIA

A perícia é conceituada como sendo sabedoria, experiência, habilidade em alguma ciência ou arte, podendo ser exercida em todas as áreas de conhecimento humano.

Para Sá (2011, p. 3) “a expressão perícia advém do Latim: Peritia, que em seu sentido próprio significa conhecimento (adquirido pela experiência), bem como experiência.”

Pode-se dizer então que a perícia tem dois objetivos principais, o de levantar os elementos de prova e subsidiar a emissão do laudo ou parecer. Desta forma, é caracterizada como uma tecnologia porque é a aplicação dos conhecimentos científicos da contabilidade.

2.2 A PERÍCIA CONTÁBIL

A perícia contábil vem atraindo cada vez mais a atenção dos profissionais de ciências contábeis. O profissional denominado perito para exercer a função necessita de constante aprimoramento tornando-se assim essencial para a solução de litígios.

Para Sá (2011, p. 2) “a perícia contábil é uma tecnologia porque é aplicação dos conhecimentos científicos da contabilidade”.

Conceituada por Sá (2011, p. 3), perícia contábil também pode ser expressa da seguinte forma:

Perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião

realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião.

Pela definição da NBC TP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a perícia contábil constitui-se pelo,

[...] conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

No entanto, a perícia tem como objetivo fundamentar as informações demandadas, mostrando a verdade dos fatos em litígio de forma imparcial e de boa fé, a fim de tornar um meio de prova para que o juiz de direito resolva as questões propostas. É um instrumento técnico científico onde busca resolver conflitos de conteúdo contábil, originários de controvérsias, dúvidas e de casos específicos, determinados ou previstos em lei e que busca oferecer opinião conclusiva.

2.2.1 Objeto da perícia contábil

Objeto de perícia pode ser todo aquele que for pertinente a opinião a ser emitida no exame pericial, ou seja, dependendo do que se pretende, fixa-se o objeto a ser examinado e toda sua extensão.

Para Ornelas (2000, p. 35), o objeto da perícia contábil pode ser especificado da seguinte forma:

A perícia contábil tem por objeto central os fatos ou questões contábeis relacionados com a causa (aspecto patrimonial), as quais devem ser verificadas, e, por isso, são submetidas à apreciação técnica do perito, que deve considerar, nessa apreciação, certos limites essenciais, ou 'características essenciais'. Independentemente dos procedimentos a serem adotados, são caracteres essenciais da perícia contábil: a) limitação da matéria; b) pronunciamento adstrito à questão ou questões propostas; c) metódico e eficiente exame do campo prefixado; d) escrupulosa referência à matéria periciada; e) imparcialidade absoluta de pronunciamento.

Como conceito de objeto da perícia Zanna (2005) formaliza que são todos os elementos constantes e que serão utilizados para a elaboração da prova pericial. É, no entanto, o que realmente existe e o que pode ser visto e percebido.

No conceito de Zanna (2013, p. 144),

a perícia contábil tem por objeto a escrituração contábil, os documentos que lhe darão suporte e as demonstrações contábeis e financeiras dela resultantes, os cálculos trabalhistas e financeiros, a apuração dos haveres e seus balanços: especial e de determinação a demais documentos, cálculos

e relatórios contábeis que se relacionam em as atividades comerciais, econômicas e financeiras das pessoas jurídicas e físicas.

Deste modo se faz necessário conhecer o objeto da perícia, a fim de permitir e adotar procedimentos que conduzam à revelação da verdade, a qual subsidiará o juízo, o árbitro ou o interessado a tomar a decisão a respeito.

2.3 TIPOS DE PERÍCIA CONTÁBIL

Há perícias de diversas modalidades e muitos são os casos em que elas são requeridas. A perícia serve de alicerce, juntamente com outros elementos, que são quase sempre decisivos diante do juiz.

Cada autor tem uma forma de classificar as periciais, para Alberto (2000, p. 53) os grupos são classificados como:

1. Perícia Judicial
2. Perícia Semijudicial
3. Perícia Extrajudicial
4. Perícia Arbitral

Nos tópicos a seguir serão abordados os tipos e o conceito de cada perícia contábil, comumente utilizada.

2.3.1 Perícia judicial

A perícia judicial, como o próprio nome já diz, tem seu fundamento numa ação posta em juízo, podendo ser determinada diretamente pelo juiz dirigente do processo ou a ele requerida pelas partes em litígio.

Segundo Zanna (2005, p. 53) “perícia judicial é a que acontece no âmbito do Poder Judiciário e segue as determinações do magistrado, os ditames do CPC e as NBC aplicáveis a cada caso”.

“Perícia contábil judicial é a que visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígio que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio aziendal ou pessoas” (SÁ, 2011, p. 63).

A perícia judicial então é usada como prova no poder judiciário. É requerida ao juiz pela parte interessada, onde através deste deferimento a perícia escolhe o profissional que a realizará.

2.3.2 Perícia semijudicial

É a perícia realizada no meio estatal, dentro dos Estados, podendo ser executada por políticos, autoridades administrativas ou parlamentares que têm poder jurisdicional, analisando as regras legais e regimentais da perícia contábil. É semelhante à perícia judicial.

Para Zanna (2005, p. 54) a perícia semijudicial pode ser definida como:

É a que acontece dentro do aparato institucional do Estado, porém fora do Poder Judiciário, [...]. Esta espécie de perícia contábil ocorre, por exemplo, no âmbito do Tribunal de Impostos e Taxas e pode acontecer, por requerimento, no âmbito de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e inquéritos administrativos em geral. Seguem as determinações do magistrado ou autoridade equivalente segundo os poderes da República em que acontece o trabalho pericial, os ditames do CPC e das NBC aplicáveis a cada caso.

Essa modalidade de perícia qualifica-se como semijudicial, pois é realizada dentro do aparato do estado e pelo poder jurisdicional, com as autoridades envolvidas no processo, sujeitando-se as regras legais, assim como a perícia judicial, porém, fora do poder judiciário.

2.3.3 Perícia extrajudicial

A perícia extrajudicial é realizada fora do judiciário, por inteiramente vontade das partes. A perícia extrajudicial tem o objetivo de eliminar as dúvidas perante as suspeitas de erros, suspeitas de fraudes e / ou desvios.

Esta pode ser realizada por qualquer pessoa com a ajuda de um perito contador, sem possuir a presença de um juiz.

Para Zanna (2005, p. 55) a perícia extrajudicial é definida como:

É a que acontece por vontade das partes e fora do âmbito do Estado. Também não se confunde com a perícia arbitral, explicitada mais adiante. A perícia extrajudicial tem por objetivo esclarecer pontos de discórdia entre pessoas que querem atingir o entendimento sem utilizar recursos judiciais ou arbitrais. Além do parecer do perito contador, podem pedir a contribuição de advogados que atuarão como consultores. É possível que não alcançando a concórdia o trabalho do perito contador seja utilizado como prova na peça inicial com a qual, então, recorrer-se-á ao Poder Judiciário

para resolver as divergências suscitadas entre as partes e não resolvidas amigavelmente. Por isso mesmo, este trabalho -ainda que extrajudicial- deverá seguir os ditames do CPC e das NBC aplicáveis a cada caso.

Segundo Magalhães et al. (2011) é natural que não cheguem facilmente a um acordo as pessoas em litígio, primeiramente pelo interesse egoístico de cada uma e em segundo, por incompreensão ou ignorância da matéria em questão. Como a função do contador é de informar, ele desempenha relevante papel nas questões ocasionadas entre partes em oposição de interesses econômicos.

Perícia extrajudicial se comporta de forma diferente das judiciais, pois possui objetivo de esclarecer conflitos entre as partes que preferem resolver suas divergências sem a interferência judicial.

2.3.4 Perícia arbitral

A perícia arbitral pode ser entendida como sendo aquela que é realizada por intermédio de um perito, e, embora não seja judicialmente determina, tem valor de perícia judicial, porém sua natureza é extrajudicial. As partes formulam as regras e o perito a desenvolverá, não ocorre à nomeação do juiz, mas tem valor de perícia judicial.

Segundo a Resolução CFC Nº. 1.243/09 “a perícia arbitral é aquela exercida sob o controle da lei de arbitragem.”

A perícia arbitral tem a finalidade de servir ao árbitro escolhido pelas partes. Com isso, Zanna (2007, p. 63) esclarece,

a perícia arbitral tem a finalidade de servir ao árbitro escolhido pelas partes. É semelhante à perícia judicial e acontece em ambiente parecido. O juiz arbitral, em várias situações, é conhecedor dos procedimentos forenses por ter limitado há justiça. Pode ser um ex-juiz ou um ex-desembargador aposentados.

A perícia arbitral caracteriza-se por um meio privado de resolução de conflitos, desde que seja respeitada a legislação que lhe é pertinente. Assim como no meio judicial, obtêm-se a opinião de um especialista sobre a matéria em desacordo. Esta modalidade de perícia acontece no juízo arbitral, no qual as partes elegem um árbitro. A função do perito visa fundamentar e esclarecer fatos da matéria em questão para a tomada de decisão da autoridade sobre determinado caso.

2.4 PERITO CONTADOR

Para exercer a função de perito, se faz necessário possuir algumas habilidades técnica-científica do assunto em questão. Este profissional atua como auxiliar da justiça ou contratado pela parte e ainda pelas partes interessadas. Nos atos e fatos que envolvem o patrimônio, encontram-se o perito contador e o perito contador assistente.

2.4.1 Perfil do perito contador

O perito contador é o principal responsável por exercer a perícia mediante os exames, análises, investigações contábeis com a aplicação cabível e que se faça necessária, com o intuito de demonstrar a veracidade dos fatos em litígio, com o auxílio de prova contábil documentada constituindo assim o espírito e a filosofia do trabalho.

A NBC PP 01, item 2 conceitua:

Perito é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.

De acordo com o item 12 da Resolução CFC Nº 1.243/09,

o perito deve utilizar os meios que lhe são facultados pela legislação e normas concernentes ao exercício de sua função, com vistas a instruir o laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil com as peças que julgarem necessárias.

Manoel (2005) afirma que este profissional precisa ter competência e ter a obrigação de responder pelos seus atos consequentemente precisa ser apto e ter capacidade técnica para assumir sempre novas perícias.

De acordo com o CPC, art. 156 “os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.”

Segundo Zanna (2007), o perito contador pode atuar como: i) perito judicial, atendendo ao Magistrado que nomeia para produzir a prova contábil requerida, principalmente em processos de justiça; ii) assistente técnico atendendo aos advogados das partes que o indicaram para produzir um parecer técnico, conforme o caso; iii) consultor dos advogados, para elaborar por antecipação um

parecer técnico sobre as questões submetidas ao julgamento; iv) policial especializado, fazendo parte do corpo da polícia Estadual ou Federal, fornecendo as provas contábeis da sonegação/corrupção investigadas nos processos de sonegação de tributos ou corrupção; v) árbitro, atuando em casos em que as partes prefiram resolver suas controvérsias pela via extrajudicial, chegando a um acordo mais rápido do que pela via judicial e vi) professor da disciplina de perícia contábil junto às faculdades de ciências contábeis.

Para Sá (2011, p. 9) “o perito precisa ser um profissional habilitado, legal, cultural e intelectualmente, e exercer virtudes morais e éticas com total compromisso com a verdade”.

Conforme Sá (2011) conceitua, para exercer a perícia apenas o registro profissional é suficiente para outorgar ao contador este direito de periciar, porém só deve abranger a tarefa num total se o profissional tiver competência, pois também envolve tarefas de outros ramos.

O perito contador carrega consigo inúmeras responsabilidades, como: questões legais, éticas e morais, devendo atuar com lealdade e honestidade no desempenho de suas atividades, do contrário poderá responder por seus atos.

2.4.2 Direitos e deveres do perito

O perito deve seguir seus direitos e deveres para a realização da perícia. Após a nomeação ser feita pelo juiz, e, antes mesmo de aceitá-la o perito contador deve estar ciente e ter plena sabedoria de seus direitos, deveres e penalidades. A legislação civil prevê multas e até inabilitação como punição a profissionais que exercem a função de perito contábil inadequadamente.

Segundo Zanna (2013, p. 74) são direitos e deveres do profissional:

Quadro 1 - Direitos do perito

continua

Direitos do perito	
Recusar a nomeação justificando tal ato;	

continuação

Requerer prorrogação de prazo para apresentar o laudo pericial contábil e para comparecer as audiências em função, por exemplo, da complexibilidade e/ou extensão dos trabalhos periciais em andamento, do tempo necessário para que os livros e documentos cheguem a seu escritório, da qualidade de diligências externas que deverá fazer, por motivo de doença, etc.;
Investigar o que lhe parece adequado para o cumprimento de sua missão, podendo recorrer às fontes de informação, tais como: acesso aos autores, inquirição de testemunhas, exames de livros, de peças e de documentos impertinentes a causa;
Instruir o laudo com documentos ou suas cópias, com plantas, com fotografias e outras quaisquer peças que entender que sejam necessárias para provar o conteúdo do seu laudo;
Pedir livros e documentos às partes e aos órgãos públicos em geral;
Atuar com total independência refutando qualquer tipo de interferência que possa cercear sua liberdade de atuação;
Obter o reembolso de despesas incorridas durante a realização de seu trabalho;
Receber honorários pelo serviço prestado.

Fonte: Zanna (2013, p. 74)

O perito fica subordinado aos direitos e deveres na realização do seu trabalho pericial, atendendo-os com total responsabilidade e zelo profissional.

Quadro 2 - Deveres do perito

continua

Deveres do perito
Desempenhar sua função por completo e com dignidade, respondendo a todos os quesitos inclusive aos quesitos suplementares quando houver;
Respeitar os prazos;
Comparecer a audiência quando convocado para tal;
Ao redigir o laudo pericial contábil, ater-se á verdade dos fatos comprovados e devidamente documentados;
Prestar esclarecimentos sobre ao laudo consignado quando solicitado e fazê-lo;

continuação

Ser leal ao mandato recebido, respeitando e fazendo respeitar sua condição de auxiliar da justiça, ser reto, imparcial, sereno e sincero. Informar apenas a verdade no interesse exclusivo da justiça.

Fonte: Zanna (2013, p. 74)

De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, o art. 5º ainda cita outros deveres do perito contador:

- I – recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida;
- II – abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo;
- III – abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos;
- IV – considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido à sua apreciação;
- V – mencionar obrigatoriamente fatos que conheça e repute em condições de exercer efeito sobre peças contábeis objeto de seu trabalho, respeitado o disposto no inciso II do art. 2º;
- VI – abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos;
- VII – assinalar equívocos ou divergências que encontrar no que concerne à aplicação dos Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC;
(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)
- VIII – considerar-se impedido para emitir parecer ou elaborar laudos sobre peças contábeis, observando as restrições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- IX – atender à Fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade no sentido de colocar à disposição desses, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram a execução do seu trabalho.

O termo deveres refere-se às atividades, atos e circunstâncias que envolvem uma determinada obrigação moral ou ética. Deste modo, o dever é um dos pontos mais importantes de todos os sistemas de leis e constituições.

2.4.3 Penalidades

A penalidade pode ser classificada como um sistema de punições que a própria lei impõe, aplicadas ao profissional que não cumprir com seus deveres legalmente. Como toda profissão, na perícia contábil também há penalidades.

Zanna (2007, p. 41) exemplifica as penalidades ao perito que não cumprir os deveres e ferir as Normas Brasileiras de Contabilidade:

- a) Ser substituído por qualquer motivo que o magistrado considerar justo;
- b) Pagar multa por não apresentar o laudo pericial no prazo previsto;
- c) Pagar multa por não comparecer à audiência para a qual fora regularmente convocado;
- d) Nos casos em que violar o dever de lealdade para com a justiça, fizer afirmação falsa, negar-se a falar a verdade, calar-se na função de perito: - pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa;
- e) Responder pelos prejuízos que causar à parte;
- f) Sofrer penalidades impostas pelo Serviço de Fiscalização Profissional do CRC – Conselho Regional de Contabilidade e ficar impedido de exercer a perícia contábil.

Sá (2011, p. 89) afirma: “Proteger-se contra as sanções que podem vitimar o perito depende da execução da tarefa com máxima tranquilidade e competência, em tempo hábil e conveniente.”

De acordo com o CFC, as punições ético-profissionais podem chegar à cassação do registro profissional. São elas: i) Agir com comprovada incapacidade técnica; ii) Apropriar-se indevidamente de valores confiados à sua guarda; iii) comprovada incapacidade técnica de natureza grave; iv) crime contra a ordem econômica e tributária; v) produção de falsa prova de qualquer dos requisitos para registro profissional.

Conforme é demonstrado no Código de Ética, art.12:

A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

- I – advertência reservada;
- II – censura reservada;
- III – censura pública.

Enquanto a advertência reservada e a censura reservada são de natureza sigilosa, a censura pública é de conhecimento geral.

De acordo com o Código de Processo Civil, art. 158:

O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

A legislação penal estabelece penas de multa, detenção e reclusão para os profissionais que exercem a atividade pericial que vierem a descumprir as normas legais.

2.4.4 Recusa, impedimento e suspeição

A recusa do perito contador se dá por motivos amplos e pessoais. Quando o profissional optar pela recusa, deve formalizá-la por escrito, sob a forma de petição, no prazo máximo de cinco dias da data de sua intimação, caso contrário, obrigatoriamente deverá cumprir com o dever da perícia.

Há diversos motivos em que o perito pode se recusar a executar a perícia. Para Hoog (2008) os motivos podem ser em função do estado de saúde, indisponibilidade de tempo, falta de recursos humanos ou materiais insuficientes. Um dos motivos principais é o não domínio da matéria periciada, ou ainda, se a nomeação foi feita equivocadamente a um profissional da área contábil, devendo ter sido feita a outro profissional de área de atuação distinta.

Para Sá (2011) a dispensa do perito deve ser apresentada dentro de um prazo de cinco dias da data da intimação ou notificação, caso não seja dentro desse período o perito obriga-se a cumprir a tarefa que lhe foi designada.

O impedimento do perito está ligado a fatores externos, considerados de terceiros. O profissional deve comunicar ao Juiz ou a parte interessada. Hoog (2008) caracteriza algumas formas de impedimento que considera principal sendo: i) manter ou ter mantido nos últimos cinco anos relação profissional com as partes envolvidas bem como ser amigo ou inimigo do litigante; ii) possuir grau de parentesco; iii) tiver interesse direto ou indireto como o julgamento da causa, quando o perito for parte do processo ou prestou depoimento como testemunha; e iv) quando tiver atuado como advogado de uma das partes ou quando alguma das partes for credora ou devedora do perito.

Segundo Sá (2011, p. 21) o perito deve ser impedido quando não puder exercer suas atividades com imparcialidade e sem qualquer interferência de terceiros, ocorrendo pelo menos uma das seguintes situações:

- a) For parte do processo;
- b) Tiver atuado como perito contador assistente ou prestado depoimento como testemunha no processo;
- c) Tiver cônjuge ou parente seu consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau, postulando no processo;
- d) Tiver interesse, direto ou indireto, mediato ou imediato, por si, por seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou linha colateral até o terceiro grau, no resultado do trabalho pericial;
- e) Exercer cargo ou função incompatível com a atividade de perito contador, em função de impedimentos legais ou estatutários;
- f) Receber dádivas de interessados no processo;
- g) Subministrar meios para atender às despesas do litígio; e

- h) Receber quaisquer valores e benefícios, bens ou coisas sem autorização ou conhecimento do juízo.

Conforme Sá (2011), um perito pode ser julgado suspeito por uma das partes em litígio. E as razões da suspeição e de impedimento também podem ser as mesmas atribuídas a um juiz. O perito contador pode ser declarado suspeito quando verificado situações que tenha ocorrido possível imparcialidade e independência. Neste sentido, de acordo com a NBC PP 01, isto pode comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

A NBC PP 01, item 16, estabelece os casos de suspeição:

- a) Ser amigo íntimo de qualquer das partes;
- b) Ser inimigo capital de qualquer das partes;
- c) Ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- d) Ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou de seus cônjuges;
- e) Ser parceiro, empregador ou empregado de alguma das partes;
- f) Aconselhar de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão; e
- g) Houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.

Os casos de impedimentos e suspeições citados não se enquadram para os peritos assistentes, uma vez que o objetivo deste é atender e proteger a parte que o contratou.

2.5 RESPONSABILIDADES DO PERITO CONTÁBIL

É dever do profissional que se dedica a essa função educar-se constantemente, sabendo que, por decorrência, a sua atuação é sobre o direito de pessoas e da coletividade em geral. O perito deve conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais, às quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.

A resolução do CFC Nº 803/96 teve como objetivo fixar a forma pela qual devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Segundo Sá (2011) muito grande é a responsabilidade do perito contábil, e os erros por dolo ou má-fé em seu trabalho podem resultar em sérias sanções com graves consequências materiais e também de naturezas moral e ética profissional.

Responsabilidade refere-se à obrigação do perito em respeitar os princípios da moral, da ética e do direito no desempenho de suas atividades, sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por seus atos.

2.5.1 Responsabilidade moral

A responsabilidade moral do perito é extraída da própria finalidade da perícia que diz respeito a revelar a veracidade dos fatos. Moral pode ser definida como uma determinação caracterizada pelo conjunto de regras adquiridas da cultura, da educação, da tradição e do cotidiano, e que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade.

Hoog (2005, p. 59) argumenta:

Aquele profissional que tem a honra de iluminar o Magistrado, responde ilimitadamente pelo conteúdo de seu trabalho, atitude de assegurar a cada um com lastro e tecnologia de vanguarda o seu direito, materializado pela realização da prova pericial. A responsabilidade moral remete o profissional a um exame minucioso ético-social que vai garantir a paz, o direito de ampla defesa do sentido holístico de um trabalho sinérgico de auxiliar a Justiça.

Hoog (2003) relata que a responsabilidade moral é subjetiva e de cunho pessoal e o perito responde plenamente pelas assertivas que lavrar no laudo, independente de normas impositivas formais. Este dever de bem servir imprime ao profissional a fé pública de sua própria opinião que consequentemente corresponde a sua responsabilidade moral.

Hoog (2005) conceitua a responsabilidade moral como sendo aquela em que se deve pautar o dever de lealdade, prestando todos os esclarecimentos o número de vezes que se fizer necessário, sendo imparcial aos fatos e ainda se for o caso recusar a nomeação quando não se sentir devidamente apto para o desempenho da perícia em questão.

Hoog (2007, p. 52) descreve que “a moral é uma disposição subjetiva de determinação do que é correto e do que é incorreto, e, sob tal pressuposto, estabelece-se uma noção própria do bem e do mal.”

A responsabilidade moral se difere da responsabilidade ética, a moral trata do bem e do mal, já a ética somente do bem.

2.5.2 Responsabilidade social

O contador pode exercer diversas atividades, sejam como empregado, profissional liberal, funcionário público civil ou ainda como empresário contábil, com isso este profissional pratica atos que produzem informações que afetam diretamente a vida das pessoas, empresas, fisco, investidores, clientes, credores, administradores e demais usuários, o que lhe vincula de forma decisiva ao contexto social.

Segundo Hoog (2005, p. 62):

A contabilidade, como ciência social com profunda fundamentação epistemológica, impõe ao Contador independente de ser ou não perito, a responsabilidade social, como cidadão gerador e distribuidor de empregos, riquezas, educação e ciência por forçada própria Lei, CPC, art.145.

A responsabilidade social é um conceito segundo o qual se contribui para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais íntegro. Não incorpora apenas conceitos éticos, mas uma série de outros conceitos que proporcionam sustentabilidade, como por exemplo, o desenvolvimento social. Esta responsabilidade também pode ser definida da forma em que o profissional, de forma voluntária, adota posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar do seu público interno e externo.

2.5.3 Responsabilidade ética

A responsabilidade ética é descrita pelo Código de Ética Profissional, por regras de outros grupos profissionais e por regulamentos dos conselhos de cada estado. Atualmente o papel do contador está muito além de simplesmente identificar problemas. De fato, tem que conhecer a empresa e atuar no sentido de corrigir as falhas existentes dentro do processo de gestão. Com isso, ajuda no desenvolvimento da organização e contribui para o aperfeiçoamento de sua competitividade.

Handel (1994) aborda o tema e acredita que a discussão ética para a profissão contábil requer um conjunto de regras de comportamento do contador no exercício de suas atividades profissionais. Qualquer profissional deve conhecer a sua profissão e não seria diferente para o contador, que deve conhecer os aspectos técnicos, as prerrogativas e as regras de conduta moral da profissão.

Considerando ser a ética o exercício da responsabilidade do indivíduo e que cada profissão deva estar a serviço do social, Sá (1996, p. 131) argumenta que “a ausência de responsabilidade para com o coletivo gera, como consequência natural, a irresponsabilidade para a qualidade do trabalho.”

Conforme Hoog (2007) a ética é objeto de estudo há milênios, porém, nunca se falou tanto nos últimos anos, desta forma se tornou um dos grandes requisitos quanto a escolha de um profissional para qualquer área de atuação.

Hoog (2008, p. 66) afirma que “a ética profissional contábil objetiva conduzir os profissionais pelos parâmetros da moralidade e dignidade humana.”

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) alterou dispositivos do Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC) - Resolução CFC n.º 803/96 -, por meio da Resolução CFC n.º 1.307/10. Segundo o novo texto, o CEPC passa a se chamar Código de Ética Profissional do Contador (CEPC). Além da mudança do nome, foram definidas novas regras de conduta profissional ajustadas à nova legislação da profissão Lei 12.249/2010 - e às novas realidades. O objetivo é que os profissionais ajam com excelência técnica observando os Princípios de Contabilidade e as Normas de Contabilidade, agora ajustadas ao padrão internacional. Entre as mudanças passam a ser considerada infração ética o não cumprimento dos programas de educação continuada estabelecidos pelo CFC, a falta de comunicação de mudança no domicílio ou da organização contábil, a falta de comunicação de fatos necessários ao controle e fiscalização profissional e a falta de auxílio à fiscalização do exercício profissional. Condutas contrárias à ética profissional são apropriar-se indevidamente de valores confiados à sua guarda, exercer a profissão demonstrando comprovada incapacidade técnica e deixar de apresentar documentos e informações quando solicitados pela fiscalização dos Conselhos Regionais.

A responsabilidade do perito decorre da relevância que o resultado de sua atuação pode produzir para solução e da necessidade do cumprimento dos princípios éticos, em especial, os estabelecidos no código de ética profissional. Ressalta-se que a ética necessária para o contador deve pautar-se no Código de Ética da Profissão onde estão inseridos os problemas específicos da profissão e as maneiras de resolvê-los de forma clara e idônea. Deve-se salientar também que nenhum código consegue contemplar todas as situações, por este motivo, no

momento de alguma decisão que não se encontra clara no Código, devem prevalecer o bom senso e a honradez para o bem-estar da categoria profissional.

A ética tem como objetivo o estudo da conduta humana e visa à padronização das condutas com fins de diminuir os conflitos que possam surgir da convivência em sociedade e no desenvolvimento profissional.

2.6 CADASTRO DO PERITO

O Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade tem o objetivo de oferecer ao judiciário e à sociedade uma listagem de profissionais qualificados que atuam como peritos contábeis, permitindo ao CFC e CRCs identificá-los com o intuito de dar maior celeridade à ação do poder judiciário, uma vez que se poderá conhecer geograficamente e, também, por especialidades a disponibilidade desses profissionais.

De acordo com a Resolução CFC N.º 1.502, de 19 de Fevereiro de 2016, alterada pela Resolução CFC N.º 1.513, de 21 de Outubro de 2016:

Art. 2º Os contadores que exercem atividades de perícia contábil terão até 31 de dezembro de 2017 para se cadastrarem no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do CFC, por meio dos portais dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) e no portal do CFC, inserindo todas as informações requeridas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2018, o ingresso no CNPC estará condicionado à aprovação em exame específico, regulamentado pelo CFC.

Diante disso, para ingressar no CNPC os contadores devem apresentar comprovação de experiência em perícia contábil e no ato na inscrição, além da experiência, é preciso indicar a especificação da área em que deseja atuar e o estado e município em que se pretende exercer as atividades.

No entanto, a partir de 2017 quem estiver interessado, mas não possuir experiência, poderá ingressar no CNPC mediante uma aprovação prévia em Exame de Qualificação Técnica (EQT) para perito contábil, regulamentado pela NBC PP 02 de 2016, que tem por objetivo avaliar o nível de conhecimento e a competência técnico-profissional necessários ao contador que pretende atuar na atividade da perícia contábil.

Conforme NBC PP 02, de 21 de Outubro de 2016:

O EQT para perito contábil será implementado pela aplicação de prova escrita, conforme definido nesta norma. A aprovação na prova de

Qualificação Técnica para perito contábil assegura ao contador o registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CNPC se justifica tendo em vista o novo Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), onde determina que os juízes sejam assistidos por peritos quando a prova do fato depender de conhecimento específico e que os tribunais consultem os conselhos de classe para formar um cadastro desses profissionais. Vale ressaltar que o Exame de Qualificação Técnica (EQT) já é aplicado aos auditores independentes que possuem cadastro nacional de auditores independentes (CNAI).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Sabe-se que o principal objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos da pesquisa, com a finalidade de chegar ao objetivo proposto. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Por último, destacam-se as limitações da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como uma abordagem qualitativa. Segundo Richardson (1989) a pesquisa qualitativa é aquela que compreende os detalhes dos significados e as características das situações que são apresentadas pelo questionados. Desta forma, é denominada qualitativa, pois analisa as sanções aplicadas aos profissionais da contabilidade tendo em vista as infrações cometidas, através de levantamento de informações e coleta das mesmas.

Em relação aos objetivos, configura-se este estudo como descritivo. Conforme Marion, Dias e Traldi (2002) a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinado fenômeno ou população, determinar a relação dos fatos ou fenômenos (variáveis) sem o dominar. Requer observação, registro e análise do objeto que está sendo estudado. Desta forma a pesquisa visa analisar e identificar o comportamento dos peritos inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis vinculados ao CFC.

Quanto aos procedimentos, efetuou-se um estudo do tipo levantamento. Segundo Gil (1999), a pesquisa do tipo levantamento caracteriza-se pela interrogação dos indivíduos cujo comportamento se deseja conhecer. Assim, o foco foi em determinado objeto de estudo e pesquisa com perguntas pertinentes ao tema do trabalho em questão.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISES DOS DADOS

Para efetuar a coleta das informações sobre a responsabilidade moral, social e ética do perito contador, foi elaborado um levantamento de dados junto ao CRC/SC referente os autos de infrações relacionados aos peritos, *email* (anexo A)

enviado ao coordenador de fiscalização do CRC/SC, no dia 17/04/2017, solicitando as penalidades e sanções aplicadas aos peritos pelo não cumprimento de suas responsabilidades, porém, só nos foi informado os autos de infração anuais, pois o sistema não vinculava a penalidade ao tipo de infração.

Desde então, foi distribuído um questionário com 10 (dez) questões a 88 peritos inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), vinculados ao CRC/SC (os dados de cadastro e *emails* foram extraídos do *site* do Conselho Federal de Contabilidade), solicitando informações sobre sua atuação como profissional da área, considerando tempo de serviço, área de atuação pericial e principalmente suas responsabilidades como perito contador. Nesta etapa, obteve-se retorno de 11 peritos contábeis. Apesar da insistência, junto ao CRC/SC para o fornecimento das informações, não foi possível obtê-las, então esta situação infelizmente acaba por não demonstrar a realidade, mas por meio do questionário obteve-se os indícios do comportamento moral, social e ético do perito.

Após recebimento das informações as mesmas foram analisadas e tabuladas de forma qualitativa.

4 RESPONSABILIDADES VERSUS PERITO CONTADOR

O estudo de caso abordado neste trabalho tem como objetivo principal destacar as principais responsabilidades moral, social e ética do perito contador.

Para melhor visualização da pesquisa realizada as respostas dos peritos contábeis serão expostas em figuras com as respectivas e devidas análises.

4.1 PRINCIPAIS AUTOS DE INFRAÇÃO CRC/SC

De acordo com as informações repassadas pelo coordenador de fiscalização o CRC/SC, observa-se os dados na tabela 1.

Processos em abertos por inexecução ou descumprimento de prazo pericial, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Processos em aberto por inexecução ou descumprimento de prazo

Ano	Quantidade
2014	1
2015	1
2016	5
2017	3
Total	10

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados fornecidos pelo CRC/SC.

Observa-se que são 10 processos abertos pelo CRC/SC que tratam de inexecução ou descumprimento de prazo em relação a perícia.

Quando questionado sobre as penalidades e sanções aplicadas aos peritos, obteve-se a resposta de que as penalidades aplicadas são de natureza ética e disciplinar, advertência reservada, censura reservada e censura pública e multa, respectivamente.

O CRC/SC forneceu um rol de infrações cometidas pelos contadores, em todo área de atuação. As quais podem ser observadas na tabela 2, dessas apenas 4 (quatro) infrações tinham relação com a perícia contábil.

Tabela 2 – Autos de infrações dos peritos

Ocorrência	2012	2013	2014	2015	2016
Sem registro	0	0	0	1	0
Irregular	2	2	5	3	4
Leigo	4	8	3	6	11
Inexecução de serviço pericial	8	36	1	13	13
Total	12	46	9	23	28

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados fornecidos pelo CRC/SC.

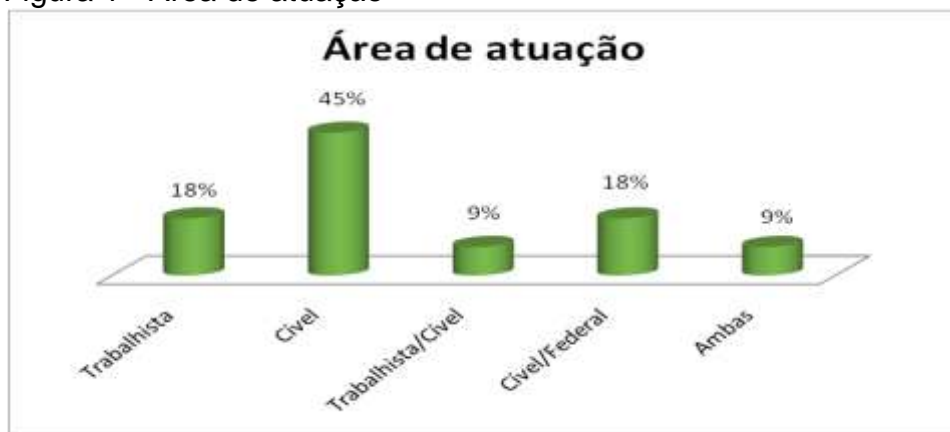
De acordo com as informações, pode-se perceber que os autos de infrações dos peritos são oscilantes, destacando a questão da irregularidade, de ser leigo e a inexecução de serviço pericial devido à fiscalização mais eficaz sobre esses serviços.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Passa-se a analisar os dados levantados com os questionários distribuídos.

No primeiro questionamento, os peritos foram indagados sobre a área da perícia em que eles atuavam. 18% estão direcionados a executar perícias na área trabalhista e 45% da área cível, enquanto somente na área federal nenhum dos questionados atua. Alguns ainda atuam em duas áreas ou até mesmo nas três. Na trabalhista e cível 9%, na cível e federal 18% e em ambas 9%.

Figura 1 - Área de atuação

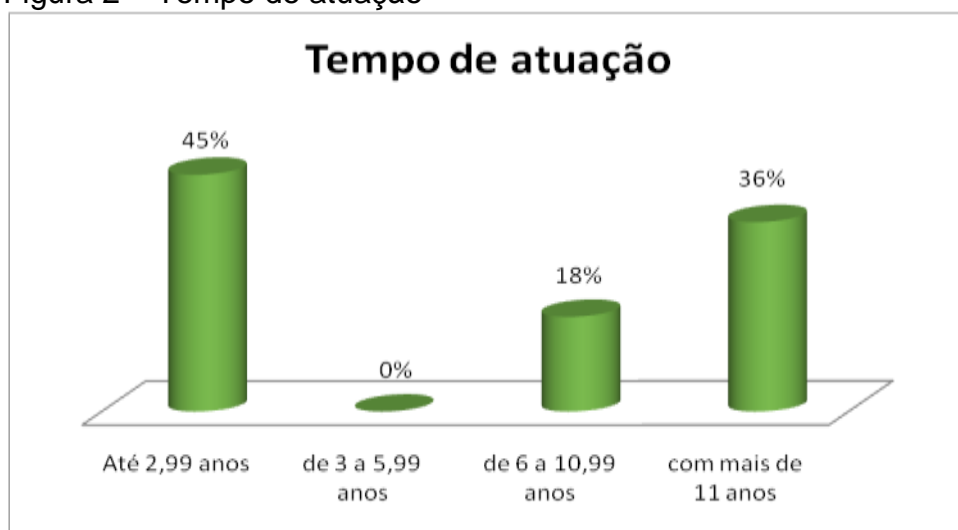


Fonte: Elaborada pela autora.

Em análise ao primeiro questionamento, observa-se que vem aumentando o número de peritos que atuam na área cível assim como na área trabalhista, já em âmbito federal nenhum dos questionados responderam atuar como perito especificamente nesta área, mas sim juntamente com a área trabalhista e cível ou até mesmo em ambas as três. É perceptível que o perito contábil tem um vasto mercado de trabalho e que principalmente está em constante aprimoramento o que significa que é uma área de trabalho bem promissora.

No segundo questionamento, os peritos foram indagados em relação ao seu tempo de atuação na perícia contábil, 36% deles responderam que atuam como peritos a mais de 11 anos. 18% dos questionados informaram que atuam de 6 a 10,99 anos; nenhum dos questionados responderam estar atuando de 3 a 5,99 anos e 45% atuam a menos de 2,99 anos.

Figura 2 – Tempo de atuação

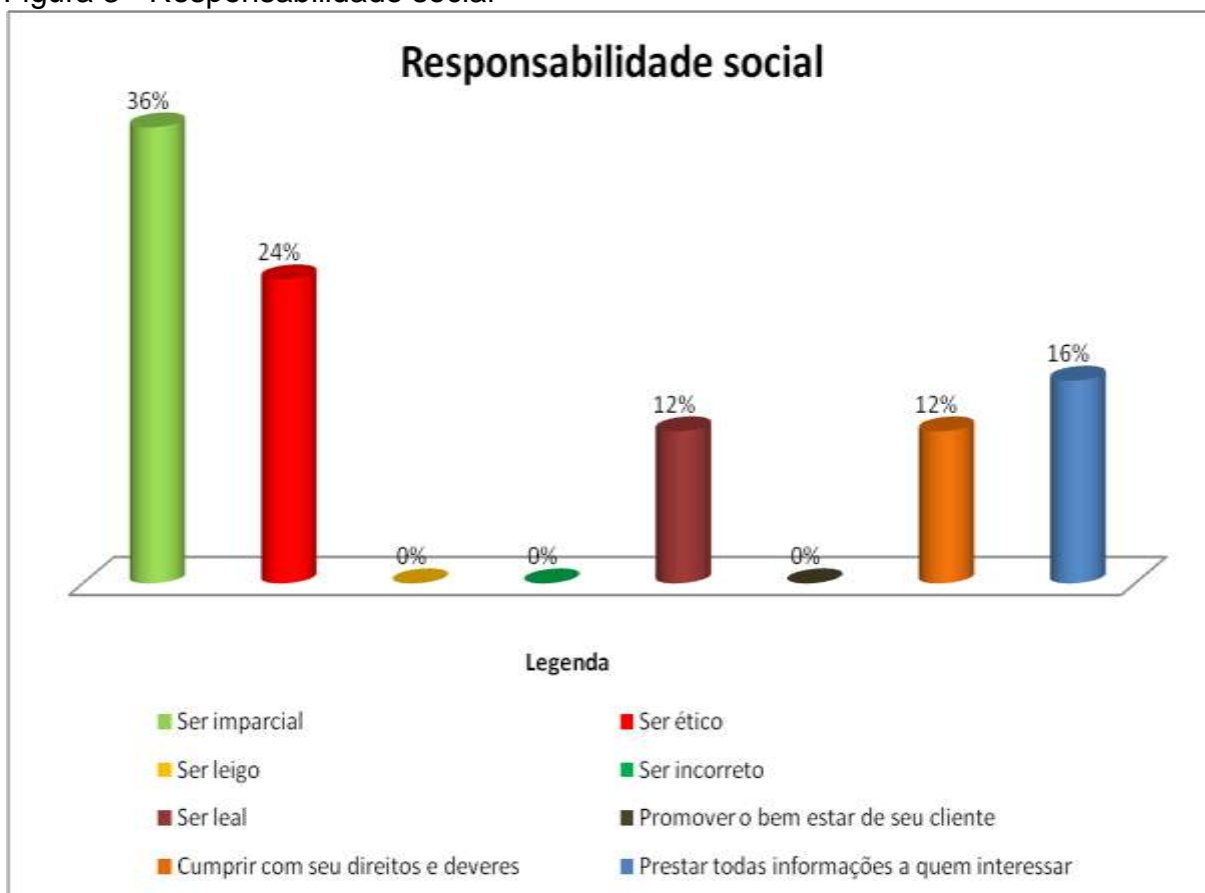


Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar o segundo questionamento em relação ao tempo de atuação na área pericial é possível identificar que 45% dos questionados atuam a menos de 2,99 anos como perito, isso leva a pensar que grande parte dos que estão se formando em ciências contábeis optam por atuar na perícia contábil ou que até mesmo os que já são formandos há algum tempo estão buscando a área pericial, pois acreditam ser um mercado promissor devido a grande demanda dos trabalhos periciais.

A terceira questão diz respeito à responsabilidade social que o questionado considerava ser primordial. As opções e porcentagem das respostas foram demonstradas na figura 3.

Figura 3 - Responsabilidade social

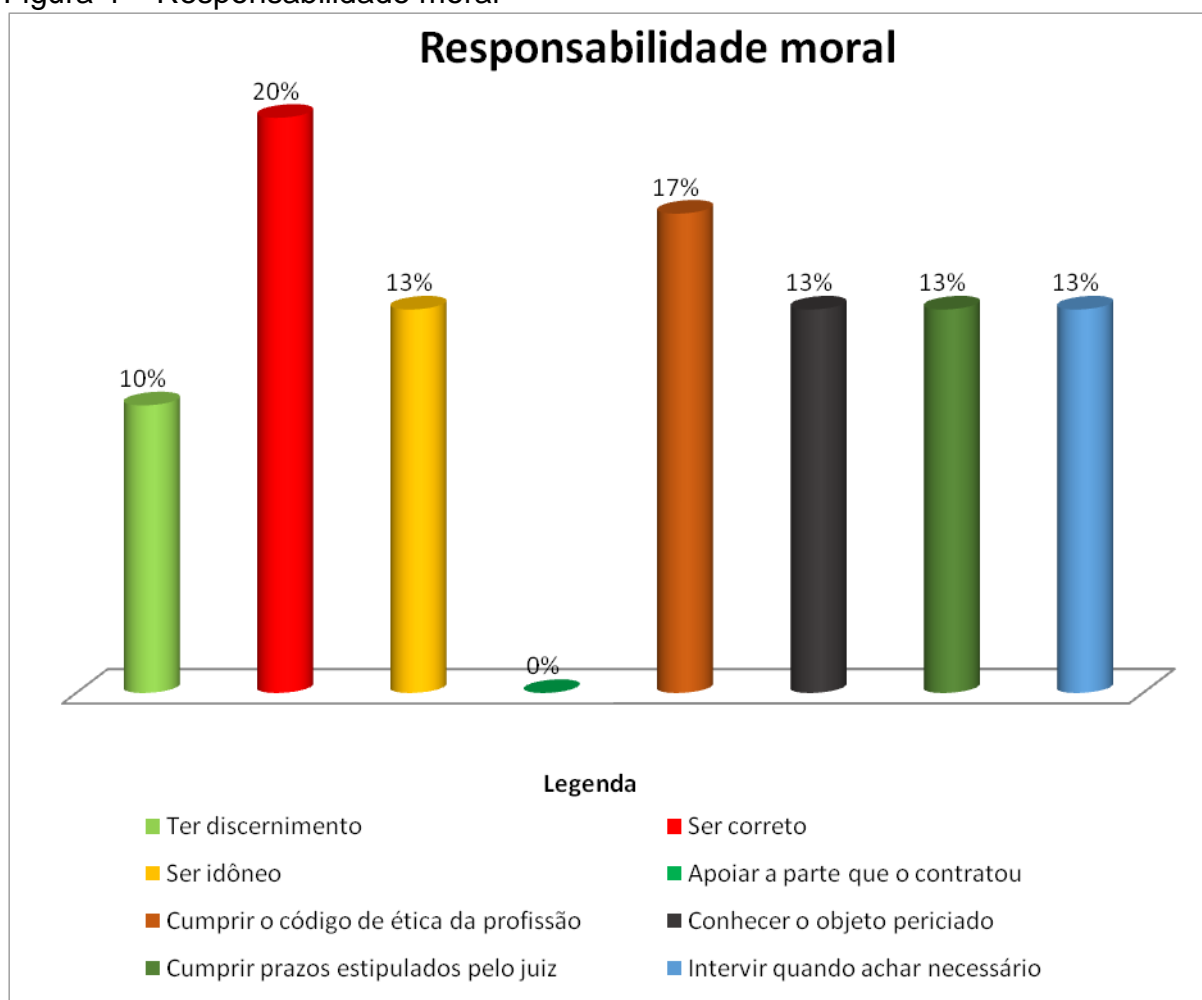


Fonte: Elaborada pela autora.

Em análise a questão 3, onde buscou-se identificar as principais responsabilidades sociais que o perito considera ser primordial ao exercer a função de perito contábil, observa-se que a mais apontada foi a questão da imparcialidade, confirmando que o perito não deve ter opiniões tendenciosas, uma vez que seu papel é mostrar a realidade dos fatos. Em seguida a mais apontada foi à questão ética, o perito deve seguir ponderadamente o código de ética com inteira responsabilidade para assim exercer seu trabalho de forma idônea e eficaz, não podendo o mesmo causar nenhum dano às partes assim como não deve prestar nenhuma informação inverídica ao magistrado.

Já, na questão quatro o questionamento era sobre a responsabilidade moral e tinha como opção as mencionadas na figura 4.

Figura 4 – Responsabilidade moral

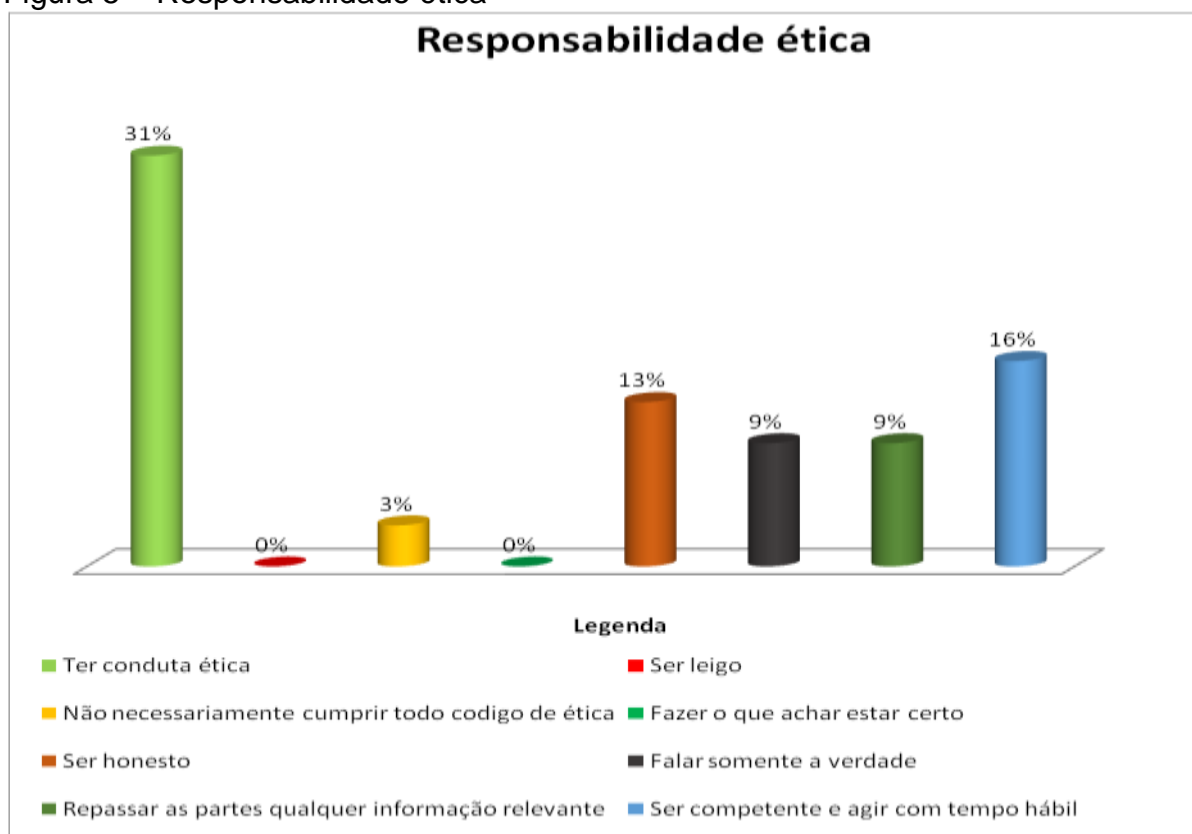


Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando a quarta questão que diz respeito à responsabilidade moral, a opção mais destacada foi a de ser correto e posteriormente o cumprimento do código de ética. Entende-se que a responsabilidade moral é caracterizada como um conjunto de regras adquiridas através da cultura, da educação, do trabalho e do próprio cotidiano onde orienta um comportamento mais humano dentro de uma sociedade. Neste tipo de responsabilidade é necessário ser leal e ser imparcial, ou seja, esta responsabilidade define o que é correto e incorreto e estabelece uma noção do bem e do mal.

Na questão 5, foi questionado aos peritos o que eles consideravam ser responsabilidade ética, baseado no código de ética da profissão. As respostas estão dispostas na figura 5.

Figura 5 – Responsabilidade ética

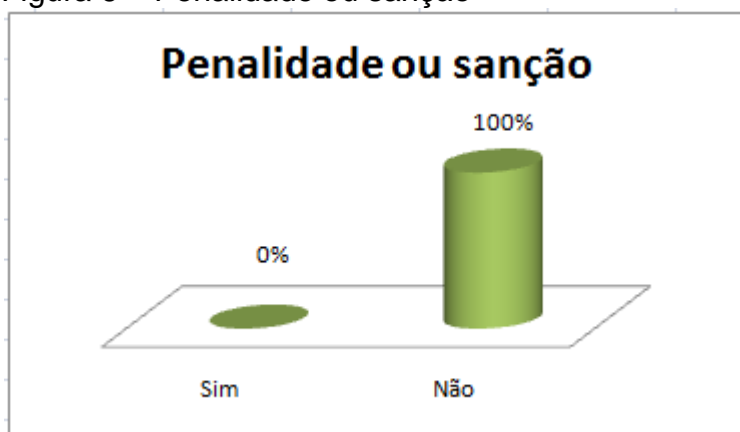


Fonte: Elaborada pela autora.

A análise que se pode ter da questão sobre responsabilidade ética é essencialmente ter conduta ética. A ética profissional requer um conjunto de regras de comportamento do profissional no exercício de sua atividade. A ausência da responsabilidade ética gera consequentemente um trabalho sem qualidade, sem responsabilidade. De acordo com Hoog (2008) a ética profissional tem o objetivo de conduzir os profissionais pelos parâmetros da moralidade e dignidade humana, conforme descrito ao longo deste trabalho. A responsabilidade moral se difere da responsabilidade ética, a moral trata do bem e do mal, já a ética somente do bem. Toda e qualquer responsabilidade refere-se à obrigação do perito em respeitar os princípios da moral, da ética e do direito, sob pena de responder civil e criminal, ética e profissionalmente por seus atos.

A sexta questão diz respeito às penalidades, procura conhecer se o perito já sofreu alguma penalidade ou sanção, conforme descritos no código de ética. Em resposta, todos os questionados disseram nunca ter sofrido nenhuma penalidade ou sanção ao executar uma perícia.

Figura 6 – Penalidade ou sanção



Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar a questão 6, é perceptível que os peritos questionados cumprem inteiramente com suas responsabilidades, exercendo seu trabalho de acordo com o código de ética e com seus direitos e deveres e desta forma não houve nenhuma penalidade ou sanção aplicada aos mesmos. A penalidade ou sanção é classificada como um sistema de punições que a lei estabelece e são aplicadas ao profissional que não cumprir legalmente com seus direitos

A sétima questão está relacionada à questão anterior, onde se a respostas da questão seis fosse positiva, qual penalidade lhe foi aplicada? Nesta questão, nenhum perito respondeu já ter sofrido alguma penalidade ou sanção.

Em resposta a oitava questão 73% dos peritos informaram nunca terem negado uma perícia por se sentir leigo em relação ao objeto periciado, e, apenas 27% que já negaram por não se sentir capaz de executar a perícia por ser leigo no objeto periciado.

Figura 7 – Recusar nomeação

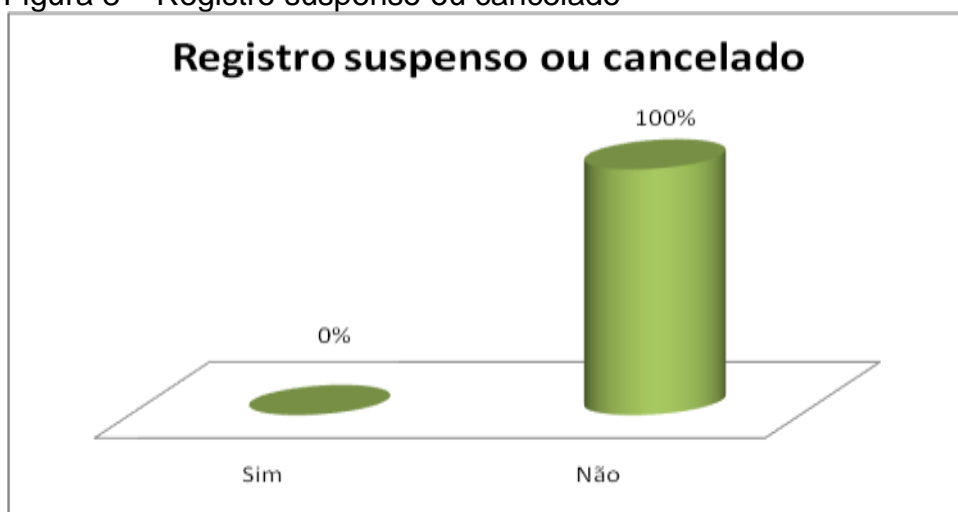


Fonte: Elaborada pela autora.

Em análise a 8 questão, onde 27% dos questionados disseram já ter recusado sua nomeação para executar uma perícia. Conforme descrito no decorrer deste trabalho, Hoog (2008) diz que a recusa se dá por diversos motivos, devido a estado de saúde, indisponibilidade de tempo, falta de recursos humanos ou de materiais insuficientes. Um dos motivos principais é o não domínio da matéria periciada, ou seja, o profissional que não tem pleno conhecimento do objeto periciado pode pedir a recusa, através de uma petição, formalmente por escrito e no prazo de cinco dias da data de sua intimação, caso contrário o perito deverá obrigatoriamente cumprir o dever de periciar.

Na nona questão, buscou-se identificar se os peritos já tiveram seus registros suspensos ou cancelados por algum motivo ou outro e por ter descumprido com o código de ética. Nesta questão, 100% responderam que jamais tiveram seu registro suspensos ou cancelados por tal ato.

Figura 8 – Registro suspenso ou cancelado



Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando a resposta da questão 9, identifica-se que todos os questionados jamais tiveram seus registros suspensos ou cancelados por algum motivo. Deste modo, percebe-se que, de acordo com o resultado da pesquisa, os peritos contábeis estão buscando cumprir devidamente com seus deveres, a fim de serem reconhecidos por suas capacidades e assim prestar um trabalho totalmente de acordo com a verdade.

Em relação à questão de número dez, de cunho particular e pessoal, o questionamento busca os quesitos principais para ser um perito contábil de sucesso.

Em resposta, os questionados disseram que o perito deve, impreterivelmente, cumprir com a ética profissional, saber de todas as suas obrigações quando aceitar executar uma perícia e principalmente estar em constante aprendizado, pois um profissional se torna capaz quando se dedica inteiramente ao seu trabalho. Ter conhecimento técnico e científico, ter comprometimento, paciência, trabalhar com amor e ser totalmente imparcial. Se você está sendo indicado, é porque o magistrado acredita no seu trabalho e confia a você suas bases de decisões judiciais nas sentenças, sempre praticando uma boa conduta de acordo com as leis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perícia contábil é entendida como um serviço especializado, que possui bases científicas, contábeis, fiscais e também societárias. Precisa de um constante aperfeiçoamento, buscando qualificação técnica, pois há constantes mudanças nas normas e leis e deve ser exercida por um profissional contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Desta forma, as funções de um perito contábil vão muito além da elaboração de um laudo pericial contábil, uma vez que este profissional deve zelar pelo compromisso moral e ético também deve ser conhecedor da matéria em questão e estudar toda a documentação contábil, saber descrever e esclarecer tecnicamente e em linguagem clara o assunto para o qual está direcionado o seu trabalho. O profissional que executa a perícia contábil precisa ter um conjunto de capacidade, que são qualidade legal, profissional e principalmente a ética e a moral. O profissional perito contábil precisa ser um profissional habilitado, ter experiência na área e exercer virtudes morais e éticas com total compromisso com a verdade.

As informações prestadas pelo perito são sustentadas por meio do embasamento científico da doutrina contábil. São vários os tipos de perícia, mas o resultado final é comum para ambas.

Buscou-se por meio do estudo de caso, aplicar um questionário aos peritos contábeis para analisar as responsabilidades que consideram primordial na execução de uma perícia contábil. Constatou-se que, em respostas a todas as questões os peritos foram cordiais e sabem de suas responsabilidades e, de modo geral, atendem aos preceitos e a legislação vigente juntamente com as Normas Brasileiras de Contabilidade, assim como não aceitariam o trabalho se não for de seu inteiro conhecimento. Periciar é ter consciência de seus deveres e saber ser um profissional de sucesso. Com este estudo apresenta-se a grande importância da profissão do perito contábil para realização de uma perícia, seja ela judicial, semijudicial, extrajudicial, pois é o perito que apresenta de forma lúcida todas as informações relevantes para a solução do litígio e para que não ocorra equívocos.

Com a participação do perito contador principalmente em processos judiciais, o juiz tem maior segurança no momento de definir a sentença. O contador deve estar sempre atento às suas responsabilidades no exercício da atividade

pericial, devendo agir com princípio ético e moral e mantendo sempre o sigilo profissional de ambas as partes.

Diante de todo o exposto ressalta-se que, o trabalho atingiu seus objetivos, considerando a opinião dos peritos contábeis atuantes e teve grande relevância, pois busca demonstrar a importância do cumprimento do Código de Ética da profissão.

Por fim, o trabalho contribui para o conhecimento teórico e para a formação acadêmica da autora, conseqüentemente, poderá contribuir também para outros interessados no assunto em questão. Deixa-se como sugestão uma nova pesquisa vinculando as penalidades que são aplicadas aos peritos pela falta de responsabilidade moral, social e ética dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 220 p.

BRASIL. Código do Processo Civil. Disponível em:
HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406htm.
 Acesso em 09 de abr de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TP 01**: Norma Técnica de Perícia Contábil. Brasília, 2016. Disponível em:
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTP01.
 Acesso em 27 de nov de 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC P 2**: Normas Profissionais do Perito Contábil. Brasília, 2016. Disponível em:
www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_733.doc
 Acesso em 27 de nov de 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC PP 01**: Perito Contábil. Brasília, 2015. Disponível em:
http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_PP_01.pdf
 Acesso em 29 de maio de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC PP 02**: Perito Contábil. Brasília, 2015. Disponível em:
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCPP02.
 Acesso em 09 de abr de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 159 p.

HANDEL, Carmem. **Ética e o exercício profissional**. In: Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Nov/ 1994

HOOG, Wilson Alberto Zappa; PETRENCO, Solange Aparecida. **Prova Pericial Contábil: Aspectos Práticos & Fundamentais**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2003. 440 p.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova Pericial Contábil: Aspectos Práticos & fundamentais**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2005. 425 p.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova Pericial Contábil: Aspectos Práticos & Fundamentais**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2007. 496 p.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Perícia Contábil: Aspectos Práticos & fundamentais**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2008. 606 p.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias et al. **Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia Para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002. 135 p.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 159 p.

BRASIL.Resolução CFC nº 803/96. Código de Ética Profissional do Contador. Disponível em:
http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1996/000803
Acesso em 09 de abr de 2017.

BRASIL.Resolução CFC nº 819/97. Código de Ética Profissional do Contador. Disponível em:
[cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc).
Acesso em 29 de maio de 2017.

BRASIL.Resolução CFC 1243/09 - Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em:
www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1243.doc
Acesso em 09 de abr de 2017.

BRASIL.Resolução CFC n.º 1.513 - Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em:
www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1513.doc
Acesso em 09 de abr de 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 10. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011. 413 p.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática da perícia contábil**. São Paulo: IOB Thomson, 2005. 419 p.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática de perícia contábil**. 2ª ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

ZANNA, Remo dalla. **Prática de perícia contábil**. 4. ed. São Paulo: Iob Folhamatic, 2013. 581 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário



Prezado (a) Senhor (a)

Sou acadêmica da nona fase do Curso de Graduação e Ciências Contábeis da UNESCO e solicito sua colaboração para responder as questões abaixo, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que tem o objetivo de **“identificar as principais responsabilidades moral, social e ética do perito contador”**.

Desde já conto com sua colaboração e manifesto os meus sinceros agradecimentos pela sua participação. Informo que os dados coletados serão tratados com o sigilo próprio de um trabalho científico.

1. Qual área da perícia contábil você atua?
☐ () Trabalhista
☐ () Federal
☐ () Cível
2. Qual seu tempo de atuação como perito contábil?
☐ () até 2,99 anos
☐ () de 3 a 5,99 anos
☐ () de 6 à 10,99 anos
☐ () com mais de 11 anos de atuação.
3. Selecione dentre as opções abaixo quais você considera ser uma responsabilidade **social** do perito contador;
☐ () Ser imparcial;
☐ () Ser ético;
☐ () Ser leigo;
☐ () Ser incorreto;
☐ () Ser leal;
☐ () Promover o bem estar do seu cliente;

- ☐ Cumprir com seus direitos e deveres;
 - ☐ Prestar todas as informações a quem possa interessar.
4. Selecione agora o que você considera ser uma responsabilidade **moral** do perito contador;
- ☐ Ter discernimento;
 - ☐ Ser correto;
 - ☐ Ser idôneo;
 - ☐ Apoiar a parte que o contratou;
 - ☐ Cumprir o código de ética da profissão;
 - ☐ Conhecer o objeto periciado;
 - ☐ Cumprir prazos estipulados pelo juiz;
 - ☐ Intervir quando achar necessário.
5. Selecione o que você considera ser responsabilidade **ética** do perito contador;
- ☐ Ter conduta ética;
 - ☐ Ser leigo;
 - ☐ Não necessariamente cumprir todo o código de ética;
 - ☐ Fazer o que achar estar certo;
 - ☐ Ser honesto;
 - ☐ Falar somente a verdade;
 - ☐ Repassar as partes qualquer informação relevante;
 - ☐ Ser competente e agir em tempo hábil;
 - ☐ Documentar e manter sigilo das informações.
6. Você, na função de perito contador, já sofreu algum tipo de sanção ou penalidade descritos pelo código de ética?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
7. Se a resposta anterior tenha sido sim, qual foi a penalidade que lhe foi aplicada?
8. Você já negou sua nomeação para executar uma perícia por se sentir leigo em relação ao objeto periciado?
- ☐ Sim
 - ☐ Não

9. Por algum motivo, você já teve seu registro de profissional suspenso ou cancelado por descumprir com o código de ética da profissão?

() Sim

() Não

10. Em sua opinião, o que é primordial para que o perito contábil seja um profissional de sucesso?

ANEXO (S)

ANEXO A - Registro de contato com o CRC/SC

2017-6-4

Gmail - Trabalho de Conclusão de curso



Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

Trabalho de Conclusão de curso

Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>
Para: fiscal@crcsc.org.br

17 de abril de 2017 16:12

Boa tarde Sr. Odir!

Sou acadêmica da 9ª fase do curso de ciências contábeis da UNESC e venho através deste solicitar auxílio para elaboração do estudo de caso do meu trabalho de conclusão do curso - TCC.

Meu TCC é baseado na responsabilidade (moral, social e ética) do perito contador na execução da perícia contábil. Gostaria de saber se você consegue informações de sanções em que já foram aplicadas aos peritos registrados no CRC talvez de 1 ano pra cá, ou 2 anos até a data de hoje onde não cumpriram com suas devidas responsabilidades.

Toda informação será relevante pois vou elaborar meu estudo de caso baseado nessas informações.

Há poucos dias, encontrei um artigo no site do CFC onde consta essas informações, porém são desatualizadas.

Aguardo seu comentário.

Obrigada!

Atenciosamente,
Fernanda

2017-6-4

Gmail - Trabalho de Conclusão de curso



Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

Trabalho de Conclusão de curso

Odir - Coordenador Fiscalização <fiscal@crcsc.org.br>
 Para: Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

20 de abril de 2017 16:32

Boa tarde Sra. Fernanda

Processos abertos por inexecução ou descumprimento de prazo pericial.

2014 – 1

2015 – 1

2016 – 5

2017 – 3

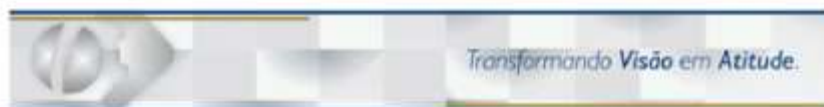
Atenciosamente,



Odir da Silva Amado

Coordenador de Fiscalização CRC-SC 017668/O
 fiscal@crcsc.org.br | <http://www.crcsc.org.br>
 +55 (48) 3027-7021

Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900 Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88015-710



De: Fernanda Daufemback [mailto:fernanda.daufemback@gmail.com]

Enviada em: segunda-feira, 17 de abril de 2017 16:12

Para: fiscal@crcsc.org.br

Assunto: Trabalho de Conclusão de curso

[Texto das mensagens anteriores oculto]

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=9f76447275&view=pt&msg=15b8cda5b632566b&q=fiscal%40crcsc.org.br&q=true&search=query&siml=15b8c...> 1/2

2017-6-4

Gmail - Trabalho de Conclusão de curso



Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

Trabalho de Conclusão de curso

Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

20 de abril de 2017 16:40

Para: Odir - Coordenador Fiscalização <fiscal@crcsc.org.br>

Boa tarde Sr. Odir!

Obrigada pelas informações.

É possível você me enviar algum levantamento de cada tipo de penalidade e/ou sanções que foram aplicadas aos peritos especificamente no ano de 2016 e 2017 para que eu possa explanar através de tabelas essas informações?

Aguardo.

Obrigada:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

—

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

—

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

2017-6-4

Gmail - Trabalho de Conclusão de curso



Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

Trabalho de Conclusão de curso

Odir - Coordenador Fiscalização <fiscal@crcsc.org.br>
 Para: Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

20 de abril de 2017 16:45

As penalidades aplicadas são de natureza ética e disciplinar, advertência reservada, censura reservada e censura pública e multa, respectivamente.

Atenciosamente,



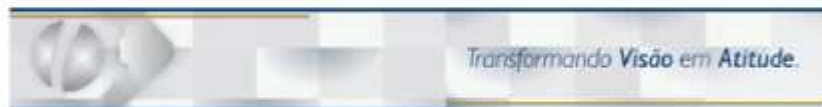
Odir da Silva Amado

Coordenador de Fiscalização CRC-SC 017668/O

fiscal@crcsc.org.br | <http://www.crcsc.org.br>

+55 (48) 3027-7021

Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900 Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88015-710



De: Fernanda Daufemback [mailto:fernanda.daufemback@gmail.com]

Enviada em: quinta-feira, 20 de abril de 2017 16:41

Para: Odir - Coordenador Fiscalização <fiscal@crcsc.org.br>

Assunto: Re: Trabalho de Conclusão de curso

[Texto das mensagens anteriores oculto]

—
 Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antiv?rs e acredita-se estar livre de perigo.

—
 Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antiv?rus e acredita-se estar livre de perigo.

2017-6-4

Gmail - Trabalho de Conclusão de curso



Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

Trabalho de Conclusão de curso

Odir - Coordenador Fiscalização <fiscal@crsc.org.br>
 Para: Fernanda Daufemback <fernanda.daufemback@gmail.com>

2 de maio de 2017 15:05

Boa tarde,

Ocorrência dos Autos de Infração	2012	2013	2014	2015	2016
Diplomado sem registro	0	0	0	1	0
Profissional da Contabilidade com registro profissional irregular (baixado/suspenso ou sem registro secundário / transferido)	2	2	5	3	4
Técnico em contabilidade que se qualifica como contador	1	2	0	1	5
Profissional que deixa de comunicar mudança de domicílio/endereço ao CRC	11	10	16	8	0
Conduta inadequada com colegas de classe / anúncio que resulte em diminuição de colega ou organização	1	1	1	4	0
Angariar clientes por meio de agenciamento q participe dos honor do profissional de contabilidade	0	0	0	1	0
Omissão de categoria profissional e/ou número de registro no CRC (em trabalhos executados, placas, cartões, outros)	0	2	0	3	58
Evitamento de honorários e/ou concorrência desleal	1	3	5	3	2
Retenção abusiva, sanificação ou extravio de livros ou documentos contábeis, comprovadamente entregue	29	24	32	33	29
Apropriação indevida de valores de clientes	5	8	1	3	4
Incapacidade técnica	9	17	7	22	14

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=9f76447275&view=pt&msg=15bca667cd1564ee&fiscal%40crsc.org.br&as=true&search=query&simi=15bca667cd1564ee>

1/3

2017-6-4

Gmail - Trabalho de Conclusão de curso

Inexecução dos serviços contábeis para os quais foi expressamente contratado	11	18	12	16	7
Adulteração ou manipulações fraudulentas na escrita ou em documentos, com o fim de favorecer a si mesmo ou clientes	10	7	8	11	14
Profissional de Contabilidade que descumpra prazos estabelecido por determinação expressa de CRC	31	49	87	80	64
Deixar de apresentar prova de contratação de serviços profissionais	1	1	1	0	22
Deixar de elaborar escrituração contábil e/ou os livros de contabilidade obrigatórios	182	204	212	203	131
Profissional da Contabilidade que facilita o exercício profissional ao(s) não habilitado(s)/impedido(s)	3	6	4	8	4
Sociedade / filial sem registro cadastral	36	50	31	29	95
Sociedade / filial com registro cadastral irregular	32	52	32	37	32
Leigo (funcionário/proprietário de escritório)	4	8	3	6	11
Declaro irregular	225	102	494	382	363
Irregularidades nas demonstrações contábeis / Escrituração contábil	48	95	114	140	253
Irregularidades / inexecução de serviços de auditoria e pericia	8	36	1	13	13
Entidade Empresarial de Responsabilidade Individual sem registro cadastral	11	17	34	40	106
Entidade Empresarial de Responsabilidade Individual com registro irregular	5	6	4	8	12
TOTAL	665	920	1106	1071	1243

Atenciosamente,

Odir de Silva Amato

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=9f76447275&view=pt&msg=15bca667cd1564ee&fiscal%40crsc.org.br&as=true&search=query&simi=15bca667cd1564ee>

2/3

ANEXO B – Registro de contato com o CFC

MANIFESTAÇÃO IDENTIFICADA

Nome do manifestante:	Fernanda Ferreira Daufemback
Telefone:	(48)9964-46208
Email:	fernanda.daufemback@gmail.com
Data de envio da manifestação:	25/05/2017
Data de envio da resposta:	Não informada.
Assunto:	Informações para elaboração do TCC
Conteúdo da manifestação:	Boa tarde! Sou acadêmica da 9ª fase do curso de Ciências Contábeis da UNESC e estou elaborando meu estudo de caso do Trabalho de Conclusão de Curso que diz respeito as responsabilidades moral, social e ética do perito contador e gostaria de saber se seria possível me encaminhar uma relação de penalidades ou até mesmo citar algumas que foram aplicadas aos peritos que por algum motivo descumpriam com as suas responsabilidades citadas acima. Seria muito importante que fosse mencionada qual responsabilidade o perito não cumpriu e qual foi a penalidade aplicada ao mesmo. Agradeço desde já. Obrigada. Atenciosamente, Fernanda
Setores por onde a manifestação passou:	COFIS, Ouvidoria 
Respostas/Resolução:	Sua manifestação ainda não teve uma resposta final.
Arquivos anexos:	Não existem arquivos anexos.
Setores por onde a manifestação passou:	COFIS, Ouvidoria 
Respostas/Resolução:	<p>Senhora Fernanda,</p> <p>Em atenção a sua demanda, informamos que o Conselho Federal de Contabilidade não possui um estatístico sobre o assunto abordado.</p> <p>Cabe ressaltar que, nem todos os processos sobem ao Conselho Federal de Contabilidade, ficando muitos no âmbito do CRC, o que torna difícil uma análise detalhada dos processos que envolvem peritos.</p> <p>Agradecemos seu contato, porém lamentamos não poder auxiliá-la em sua pesquisa.</p> <p>Desde já, desejamos sucesso em seu trabalho.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Ouvidoria do CFC</p>
Arquivos anexos:	Não existem arquivos anexos.